

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DA CIDADE DE SOROCABA/SP



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 354/2021

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, PELO TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 354/2021 – SAAE

A empresa GOLDEN SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS LTDA, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, por seu representante constituído, na forma da Legislação Vigente e de acordo com o Edital de Licitação, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra o ato da Comissão de Licitações que julgou vencedora a empresa **RCA SERVIÇOS DE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA**, por não atender os dispostos no edital, o que faz pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DOS PRESSUPOSTOS

A interposição do presente recurso é tempestiva, considerando o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar recurso.

A empresa recorrente não venceu o certame o que, per si, evidencia o interesse recursal.

A peça de irresignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua legitimidade.

Presentes, portanto, os pressupostos recursais.

DA REALIDADE DOS FATOS

A empresa recorrida **NÃO** preencheu os requisitos editalícios, esta atribui uma interpretação divergente do item 2.1 do termo de referência, no qual consta, sem sombra de dúvidas que o quantitativo MÍNIMO para execução do objeto de forma ideal é de **68 postos de trabalho**: “2.1. Considerando a dimensão geográfica das áreas das unidades, a existência de vários setores e dependências das áreas construídas, a alta frequência de movimentação de veículos e pessoas, os parâmetros de produtividade e demais peculiaridades das Unidades, **SUGERE-SE a quantidade ideal de POSTOS DE TRABALHO (MÍNIMO)** para atender de maneira eficiente e eficaz a demanda, conforme tabela a seguir.”

Douta comissão a referida “sugestão” é de **68 postos para CIMA, não para baixo**, pois conforme relatórios, estudos técnicos a diretoria operacional de infraestrutura e logística apresentou este número que é o ideal.

Ademais todo o processo licitatório converge para este número, de 68 postos de trabalho, entre eles citamos:

1º PONTO: Valor estimado e orçamentos apresentados: todos os orçamentos foram feitos com base em 68 postos, por esta razão a habilitação da recorrida fere o princípio da vinculação ao edital;

72

Absoluta

ORÇAMENTO

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO


A empresa ABSOLUTA EM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, sediada a Rua Paulo Machado, nº. 21, Sala 02 – Vila Veril III – Capela do Alto/SP – CEP 18195-000, inscrita no CNPJ sob o nº 17.671.290/0001-06, por intermédio de seu representante legal, o Sr. LUIZ LOZZANO SANCHES NETO, vem por meio desta apresentar o seguinte orçamento:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação predial, a ser realizado de forma contínua, com o fornecimento de mão de obra especializada e sob sua responsabilidade exclusiva no âmbito trabalhista, previdenciário, civil, sindicalista etc, dos respectivos funcionários, bem como o fornecimento de materiais e produtos como: saneantes desinfetantes, e, ainda, utensílios e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços e atividades afins, na conformidade do presente Termo de Referência.

ITEM	FUNÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL
1	Auxiliar de Limpeza	46	R\$ 3.500,00	R\$ 161.000,00
2	Auxiliar de limpeza com nível máximo de insalubridade (vestiários e banheiros de uso geral do Centro Operacional)	8	R\$ 4.300,00	R\$ 34.400,00
3	Limpador de Vidros	3	R\$ 3.800,00	R\$ 11.400,00
4	Jardineiro	3	R\$ 3.800,00	R\$ 11.400,00
5	Auxiliar de jardinagem	3	R\$ 3.500,00	R\$ 10.500,00
6	Encarregado	4	R\$ 4.500,00	R\$ 18.000,00
7	Lider	1	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 250.700,00
VALOR GLOBAL (24 MESES)				R\$ 6.016.800,00

- Declaramos que nos preços cotados estão inclusos todos quaisquer despesas, tais como, INSALUBRIDADE, VALE REFEIÇÃO, VALE TRANSPORTE, UNIFORMES, mão de obra para entrega e o descarregamento no local determinado, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre a execução do objeto;
- Validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) DIAS**

Capela do Alto/SP, 26 de janeiro de 2021.


Luiz Lozano Sanches Neto
Procurador

ABSOLUTA EM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME
CNPJ 17.671.290/0001-06

Unidade Capela do Alto - Tel. (15) 3266-4695 - Unidade Sorocaba - Tel. (15) 3243-4047 - Unidade Jundiaí - Tel. (11) 4521-6589 - www.gruposuporte.net.br

Absoluta

1. CONDIÇÕES COMERCIAIS:

LOCAIS	Nº DE POSTOS POR UNIDADE					
	Aux. de limpeza	Jardineiro	Aux. De Jardinagem	Limpador de vidros	Líder	Encarregado
Centro Operacional	36	1	1	3		2
ETA Cerrado	4	1	1			1
ETA S. Guilherme	4	1	1			
ETA Éden	2					
ETE S1	4					
ETE S2	4 (Equipe Volante)				1	1
ETE Pitico						
ETE Aparecidinha						
ETE Quintais						
ETE Carandá						
Captação Ipaneminha						
Piscinão Abaeté						
TOTAL P/ CARGO	54	3	3	3	1	4
TOTAL DE POSTOS 68						

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL
Auxiliar de Limpeza	54	R\$ 3.500,00	R\$ 189.000,00
Jardineiro	3	R\$ 3.900,00	R\$ 11.700,00
Auxiliar de Jardinagem	3	R\$ 3.600,00	R\$ 10.800,00
Limpador de Vidros	3	R\$ 4.200,00	R\$ 12.600,00
Líder	1	R\$ 4.200,00	R\$ 4.200,00
Encarregado	4	R\$ 4.500,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 246.300,00			

A – MATERIAIS

Por conta da contratante:

- Desengraxantes G1;
- Desinfetantes G2;
- Limpador Multi-uso G3;
- Limpador Sanitário G4;
- Descrustante RP;
- Consumíveis (Panos, domissanitários, esponjas, etc...);
- Sacos para lixo

Gotalimpa Produtos e serviços de Limpeza Ltda.
 R: Ângelo Elias, 181 Tel.: (15) 3023-1121
 CEP. 18090-100 Jd. Santa Rosalia - Sorocaba / SP

Brasil

CNPJ: 13.734.857/0001-87
 e-mail: brasil@gotalimpa.com
www.gotalimpa.com



PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL: JOB LINE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS LTDA		
ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, 1084 – CENTRO – INDAIATUBA/SP		
CEP: 13330-070	TELEFONE: (19) 3834-4121	
CNPJ: 07.484.626/0001-60	INSC.: ISENTA	E-MAIL: servicos@joblinerh.com.br

Ao
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba - SAAE

ITEM	FUNÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL
01	Auxiliar de Limpeza	46	R\$ 4.450,00	R\$ 204.700,00
02	Auxiliar de limpeza com nível máximo de insalubridade (vestiários e banheiros de uso geral do Centro Operacional)	08	R\$ 6.007,55	R\$ 48.060,40
03	Limpador de Vidros	03	R\$ 6.541,39	R\$ 19.624,17
04	Jardineiro	03	R\$ 6.390,00	R\$ 19.170,00
05	Auxiliar de jardinagem	03	R\$ 4.473,00	R\$ 13.419,00
06	Encarregado	04	R\$ 6.100,00	R\$ 24.400,00
07	Lider	01	R\$ 5.005,50	R\$ 5.005,50
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 334.379,07
VALOR GLOBAL (24 MESES)				R\$ 8.025.097,68

Indaiatuba, 28 de janeiro de 2021.


José Carlos da Rocha
RG nº [REDACTED]
CPF nº [REDACTED]
Procurador

Matriz: Rua XV de novembro, 1093 – Centro – Indaiatuba - SP – (19) 3835-5215 - E-mail: comercial@joblinerh.com.br
Filial: Rua: Zacarias Costa Camargo, 130 – Jardim Remanso Campineiro – Hortolândia – SP - Fone- Fax (19) 3819-4495

Email: servicos@joblinerh.com.br
Site : www.joblinerh.com.br

2º PONTO: Qualificação técnica: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei Geral): a) Qualificação Técnica Operacional. A)1 A testado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Operacional, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, comprovando a execução de serviços equivalentes, similares e compatíveis com o objeto licitado, considerando as parcelas do objeto de maior relevância como segue, já na quantidade de 50% (cinquenta por cento) nos termos da Súmula 24 do TCESP, no mínimo: Comprovação de prestação de serviços de auxiliar de limpeza: 27 (vinte e sete); Comprovação de prestação de serviços de jardineiro: 01 (um); Comprovação de prestação de serviços de auxiliar de jardinagem: 01 (um); Comprovação de prestação de serviços de encarregado ou líder: 02 (dois), por esta razão a habilitação da recorrida fere o princípio da vinculação ao edital;

3º PONTO: Proposta iniciais e readequadas de todas as licitantes, por esta razão a habilitação da recorrida fere o princípio da vinculação ao edital;

4º PONTO: Proposta inicial apresentada pela própria recorrida, no qual consta 68 postos de trabalho.

PROPOSTA

ITEM	FUNÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	Auxiliar de Limpeza	46	R\$ 4.540,00	R\$ 208.840,00
2	Auxiliar de limpeza com nível máximo de Insalubridade (vestiários e banheiros de uso geral do Centro Operacional)	8	R\$ 6.400,00	R\$ 51.200,00
3	Limpador de vidros	3	R\$ 5.780,00	R\$ 17.340,00
4	Jardineiro	3	R\$ 4.450,00	R\$ 13.350,00
5	Auxiliar de jardinagem	3	R\$ 4.330,00	R\$ 12.990,00
6	Encarregado	4	R\$ 4.360,00	R\$ 17.440,00
7	Líder	1	R\$ 3.865,00	R\$ 3.865,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 325.025,00
VALOR GLOBAL (24 MESES)				R\$ 7.800.600,00

Proposta inicial da RCA.

5º PONTO: ANEXO E do termo de referência.

6º PONTO: Parecer do diretor operacional do SAAE, página 1250:



Prefeitura de
SOROCABA

nsd

DOIL, em 26/07/21.
PA - 354/21.

1. A empresa RCA Serviços de Limpeza Ambiental alega em seus esclarecimentos de fls. 1248 e verso, que, no Termo de Referência, no item 2.1. há uma SUGESTÃO de quantitativo ideal para os postos de trabalho. Ocorre que deixamos claro que trata-se de quantitativo mínimo para a realização dos serviços, onde subentende-se que se houver necessidade de complementar o quadro, a empresa deverá fazê-lo, mas a redução no quantitativo não seria aceita.

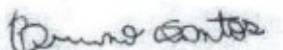
Não há como prevalecer um edital que deixe por conta de cada empresa o bom senso de quantificar os funcionários necessários para atender ao exigido, isso impacta diretamente no valor da contratação e seria muito subjetivo considerar se o quantitativo de funcionários é suficiente e exequível, ficando somente a declaração da empresa como garantia da realização de um serviço satisfatório.

Além do mais, das propostas que pude extrair do PA, das empresas LCS – Libertad Comercial e Serviços (fls. 849), MB Service (fls. 925) e BSR Terceirização e Serviços (fls. 1026), todas tiveram o mesmo entendimento e orçaram o serviço contemplando 68 funcionários, conforme modelo de folha de proposta constante do TR.

Dessa forma, considero injusto a empresa RCA prosperar com uma proposta na qual contempla praticamente 22 funcionários a menos do que foi exigido e orçado pelas demais licitantes.

De qualquer forma, há a necessidade de uma análise técnica do corpo jurídico desta autarquia.

2. Ao DEFA/ Dr. Rafael Negrelli.


Bruno dos S. R. da Silva

Diretor Operacional de Infraestrutura e Logística

Bruno dos Santos Rodrigues da Silva
Diretor Operacional
Infraestrutura e Logística



**Prefeitura de
SOROCABA**

**Serviço Autônomo
de Água e Esgoto**



429
88

ANEXO H

QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO FIXOS PARA ATENDER A DEMANDA DE SERVIÇOS / ÁREAS / SETORES DAS UNIDADES: CENTRAL, CENTRO OPERACIONAL E ETA CERRADO.

Considerando a dimensão geográfica das áreas da Unidade Central, do Centro Operacional e da Estação de Tratamento de Água do Cerrado, a existência de vários setores e dependências das áreas construídas, a alta frequência de movimentação de veículos e pessoas, os parâmetros de produtividade e demais peculiaridades das Unidades, **SUGERE-SE** a quantidade ideal de POSTOS DE TRABALHO (MÍNIMO) para atender de maneira eficiente e eficaz a demanda, conforme tabela a seguir:

LOCAIS	Nº DE POSTOS DE TRABALHO POR UNIDADE			TOTAL DE POSTOS
	Centro Operacional	Central	ETA Cerrado	
<u>Áreas Internas</u> (auxiliar de limpeza) (Escritórios e Salas - Ambulatório Médico - Auditório - Copa - Corredores - Hall - Portarias - Laboratórios - Almojarifado - Galpões - Banheiros e Vestiários)	19	07	04	30
<u>Áreas Externas</u> (auxiliar de limpeza) (Pátios - Estacionamento - Calçamento - Ruas - Áreas de Descanso - Galpões cobertos)	03	02	-	05
<u>Áreas Verdes</u> (jardineiro)	01	-	01	02
<u>Áreas Verdes</u> (ajudante de jardinagem)	01	-	01	02
<u>Vidros</u> (Limpador de vidros)	02			02
<u>Demais atividades</u> (Encarregados)	02			02
TOTAL				43

NOTA: A CONTRATADA deverá prever em seu quadro funcional número de funcionários compatíveis para substituir as faltas normais, férias, afastamentos e escalas de folgas, de maneira a manter a produtividade, a qualidade e o nível de desempenho desejado na atividade desenvolvida e sua relação com a dimensão geográfica das Unidades onde os serviços serão efetivamente prestados.



**Prefeitura de
SOROCABA**

**Serviço Autônomo
de Água e Esgoto**



421
R

in

Caixa D'água (TORRE)	Cimentado	275,00	0,00	0,00
Oficinas	Cimentado	358,30	0,00	32,80
Vestiário Masculino	Cerâmica	736,30	0,00	52,80
Vestiário Feminino	Cerâmica	85,00	0,00	4,80
Motoristas	Cimentado	175,97	0,00	0,00
SML	Cimentado	107,27	0,00	13,80
Mezanino	Assoalho de Madeira	91,80	0,00	20,10
Almoxarifado	Cimentado	807,84	0,00	49,40
WC Almoxarifado	Cerâmica	17,67	0,00	3,60
Almoxarifado (ILHA)	Cimentado	266,10	0,00	20,80
Almoxarifado	Cimentado	596,77	0,00	31,20
WC Almoxarifado	Cerâmica	17,67	0,00	3,60
WC Oficina	Cerâmica	4,00	0,00	0,73
WC e Copa Mezanino	Cerâmica	19,40	0,00	1,00
Oficina Eletromecânica	Cimentado	563,73	0,00	39,00
Oficina Mecânica	Cimentado	479,87	0,00	31,20
Guarita área dos fundos	Cimentado	7,73	0,00	5,76
Calçada	Cimentado	2.346,00	0,00	0,00
Pátio – Asfalto (passeios e arruamentos)	Asfalto	15.035,00	0,00	0,00
Área Verde (plana, talude)	Gramma	17.753,27	0,00	0,00
TOTAIS (M²)		41.413,05	78,48	497,37



**Prefeitura de
SOROCABA**

**Serviço Autônomo
de Água e Esgoto**



424
189

in

ANEXO C

QUADRO DE ÁREAS DA UNIDADE CENTRAL

SALA	TIPO DE PISO	ÁREA (m²)	PORTAS DE VIDRO (m²)	JANELAS (m²)
Diretoria Geral	Pedra Ardósia	75,19	-	12,19
Comunicação	Pedra Ardósia	21,46	-	7,60
Coordenadoria Especial	Frio/Cerâmico	16,57	-	3,14
Informática	Frio/Cerâmico	63,02	-	12,35
Assessoria Técnica	Pedra Ardósia	52,33	-	12,56
Copa Assessoria Técnica	Pedra Ardósia	11,05	-	1,54
Diretoria Adm. Financeira	Pedra Ardósia	32,45	-	6,28
Diretoria Jurídica 1	Pedra Ardósia	35,32	-	9,42
Diretoria Jurídica 2	Pedra Ardósia	15,20	-	3,14
Diretoria Jurídica 3	Pedra Ardósia	36,74	-	7,60
Secretaria	Pedra Ardósia	35,57	-	2,81
Sala 2	Pedra Ardósia	7,60	-	1,60
Sala 3	Pedra Ardósia	7,29	-	1,60
Sala 4	Pedra Ardósia	7,63	-	3,14
Sala 5	Pedra Ardósia	7,82	-	3,14
Atendimento Jurídico	Frio/Cerâmico	16,27	-	3,14
Diretoria Operacional de Esgoto	Pedra Ardósia	10,23	-	3,14
Recepção	Frio/Cerâmico	13,37	5,50	2,81
Diretoria Operacional de Água	Pedra Ardósia	21,74	-	10,58
Setor de Protocolo	Pedra Ardósia	59,21	-	15,70
Setor de Controle da Receita	Frio/Cerâmico	69,97	-	12,51
Setor de Controle da Receita	Frio/Cerâmico	7,53	-	1,47
Departamento de Receita	Frio/Cerâmico	10,31	-	0,72
Arquivo	Frio/Cerâmico	14,51	-	1,26
Vestiário 1	Frio/Cerâmico	8,36	-	1,00
Vestiário 2	Frio/Cerâmico	8,88	-	1,00
Área 1	Frio/Cerâmico	3,03	-	-
Área 2	Frio/Cerâmico	2,76	-	-

6 | 4 | 1



**Prefeitura de
SOROCABA**

**Serviço Autônomo
de Água e Esgoto**



425
88

in

Banheiro – Portaria	Cimento Pintado	31,62	-	-
Refeitório	Cimento Pintado	65,35	-	5,32
Cozinha – Refeitório	Cimento Pintado	18,30	-	18,30
Banheiro Fem. - Refeitório	Cimento Pintado	1,69	-	1,56
Banheiro Masc. - Refeitório	Cimento Pintado	1,68	-	1,56
Banheiro Masc. – Caixa Elevada	Paviflex	3,75	-	-
Salão das Maquetes	Cerâmico	107,00	-	-
Pátio – Asfalto (passeios e arruamentos)	Asfalto	2.900,00	-	-
Área Verde (plana, talude)	Gramma	20.131,00	-	-
TOTAIS (M²)		24.043,37	32,51	341,28

No edital anterior consta que a metragem era menor do que a atual e já havia previsão do quadro mínimo de 43 (quarenta e três) postos de trabalho.

8º PONTO: Declaração contida na proposta da empresa recorrida em que cita que cumpre todas as especificações exigidas no edital e anexos, ora nobre doutos julgadores, se a empresa recorrida declara que a proposta está de acordo com o edital e anexos, espera-se no mínimo que cumpra com o quantitativo mínimo exigido.



**ANEXO III
CARTA PROPOSTA**

Ao
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba.

Pregão Eletrônico nº 21/2021 - Processo nº 354/2021 - SAAE

Oferecemos a esse Órgão os preços a seguir indicados, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, de acordo com o disposto no edital do certame supra e ordenamentos legais cabíveis:

ITEM	FUNÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1	Auxiliar de Limpeza 12x36 (40% Insalubridade)	8	R\$ 5.242,29	R\$ 41.938,35
2	Auxiliar de Limpeza 44h Semanais	21	R\$ 4.601,62	R\$ 96.634,02
3	Auxiliar de Limpeza 20h Semanais	1	R\$ 2.971,57	R\$ 2.971,57
4	Jardineiro	2	R\$ 4.406,40	R\$ 8.812,80
5	Auxiliar de Jardinagem	2	R\$ 4.292,12	R\$ 8.584,24
6	Limpador de Vidro	2	R\$ 5.759,84	R\$ 11.519,68
7	Líder	2	R\$ 4.910,36	R\$ 9.820,72
8	Encarregado	1	R\$ 5.464,45	R\$ 5.464,45
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 185.745,83
VALOR GLOBAL (24 MESES)				R\$ 4.457.899,92

O VALOR OFERTADO POR ESTA EMPRESA É DE R\$ 4.457.899,92 (quatro milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil e oitocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Declaramos que o ofertado atende todas as especificações exigidas no edital e seus anexos.

Os preços apresentados contemplam todos os custos e despesas diretas e indiretas relacionadas com a integral execução do objeto, como impostos, taxas, tributos, seguro, encargos trabalhistas e previdenciários e outros que porventura possam ocorrer.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados da empresa:

Razão social: RCA Serviços de Limpeza Ambiental Ltda - EPP

CNPJ-MF: 03.848.916/0001-94

Inscrição Estadual: Isenta

Endereço completo: Rua Bahia, 360 - Sala 1, Vila Grego - Santa Bárbara D'Oeste/SP

A empresa recorrida se apegue em uma miragem jurídica, muito frágil, alegando que a quantidade de 39 postos de trabalho atende a produtividade do CADTERC, todavia conforme metragem disponibilizada nos documentos do processo licitatório torna-se impossível equalizar, posto que somente constam no edital áreas internas, áreas externas, limpeza de vidros e áreas verdes.

Desta forma não resta nenhuma dúvida de que a quantidade mínima necessária e ideal para perfeita execução dos serviços de limpeza é de **68 postos de trabalho**.

DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (PRINCÍPIO DA LEGALIDADE)

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Deve-se interpretar os preceitos do ato convocatório em conformidade com as leis e a Constituição. Afinal, é ato concretizador e de hierarquia inferior a essas. Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele, os licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade. Alocamos o Edital como derradeiro instrumento normativo da licitação, pois regramenta as condições específicas de um dado certame, afunilando a Constituição, as leis, e atos normativos outros infralegais. Porém, não poderá contraditá-los. Afinal, o Edital, diríamos, antes da execução contratual, seria o derradeiro ato de substancialização da Constituição e das Leis.

Destacamos o seguinte: o Edital do certame não pode ir de encontro com as leis que tratam do mesmo assunto em virtude da hierarquia existente. Deve tratar tão somente de coisas específicas relativas ao certame. Deve, ainda, haver total intersecção com as normas de hierarquia superior. Não pode tratar, portanto, de assuntos que imponham obrigações e deveres não constantes nas leis em virtude do inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Os Editais também não podem tratar de forma distinta a atividade econômica legalmente regulamentada. A empresa, como atividade econômica, possui regras, e tais não podem ser interpretadas ou tratadas de forma distinta pelo Edital. Referido princípio impõe à Administração não aceitar qualquer proposta que não se enquadre nas exigências do ato convocatório, desde que tais exigências tenham total relação ou nexos com o objeto da licitação, bem como com a lei e a Constituição. Vejamos que esta é essência do princípio.

Dessa maneira é princípio que vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, como salientado, as regras editalícias estejam em conformidade com a lei e a Constituição. Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Apesar da vinculação do licitante ao Edital, verificamos que, decorrente do princípio da legalidade, a vinculação ao instrumento é uma regra que tem

mais imposição à própria Administração, em vista de ser um ato criado praticamente de forma unilateral por esta. Significa que as regras estipuladas no edital que infrinjam direitos dos interessados deverão ser ~~rejeitadas~~ ^{rechaçadas}. Se tais regras obrigarem tão somente a Administração, esta deverá observá-las de forma estrita, pois não poderá alegar ou voltar a norma em benefício próprio decorrente da própria torpeza, pois criou-a de forma unilateral.

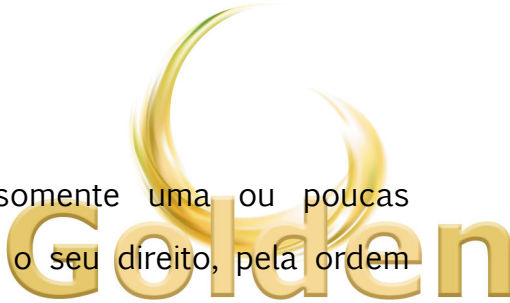
Qualquer erro que favoreça, por exemplo, o licitante, a Administração não poderá, opinativamente, argumentar efeitos retroativos, haja vista a boa-fé e a culpa única e exclusiva da Administração. Quando se elabora erroneamente um ato convocatório que, em princípio, favoreça a empresa contratada, a Administração terá o poder de autotutela para corrigir o erro, mas não poderá prejudicar o contratado ou licitante, argumentando, por exemplo, enriquecimento, pois as regras foram estabelecidas pela Administração, e a licitante ou contratada não poderá pagar pelo erro administrativo. Obviamente que o erro antieconômico poderá ser sanado, mas com efeito ex nunc, ou seja, a partir de então ou a partir da retificação.

Quando se falar em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato. Assim, o Edital desce às minúcias, não podendo ser abstrato a ponto de haver interpretações dúbias. No caso concreto é que se analisará a possibilidade de algum juízo valorativo quanto à forma de prestação de dado serviço, por exemplo. Determinadas mudanças, quando o fim é atingido, poderão estar protegidas pela instrumentalidade das formas, desde que a boa-fé e a ausência de prejuízo para as partes estejam presentes.

Evidenciamos: qualquer quebra do nexo de relação entre o Edital e suas exigências, o objeto da licitação e a execução dos serviços ou aquisição de bens, ensejará a desvinculação ao ato convocatório. Logo, haverá quebra de referido princípio. Precisamos ressaltar que, quando as exigências do ato convocatório forem ilegais, desproporcionais, inconstitucionais, enfim, passíveis de nulidade, a Administração e o licitante não estão obrigados a cumpri-las.

Sob o aspecto do licitante, quando houver vantagem desproporcional para esse, a Administração anulará a cláusula ou condição com efeito ex nunc. Erro crasso da autoridade, comissão ou pregoeiro, é a desclassificação de licitante sem base no instrumento convocatório, por exemplo, desclassificação de licitante argumentando ausência de qualificação técnica não exigida no ato convocatório. Importante, assim, a observância dos critérios de julgamento. O ato convocatório legal e constitucional dificilmente será objeto de qualquer tipo de instrumento de impugnação. Logo, é possível a publicação de Edital destituído de vícios insanáveis. Para isso, a legalidade, a razoabilidade, além do bom senso devem se fazer presentes.


O principal artigo da norma geral de licitação referente à vinculação ao ato convocatório é o art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. O § 4º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 é muito incisivo é inquisitivo. A inabilitação irregular, por exemplo, não poderia gerar ou importar na preclusão do direito de participar das fases subsequentes. No pregão eletrônico, por exemplo, a inabilitação gera um efeito quase irreversível para o empresário licitante. Imaginemos um licitante que tenha ofertado o melhor lance, tenha disponibilizado todos os documentos indispensáveis para a execução do contrato (documentos de habilitação e qualificação técnica) e que efetivamente teria condições de executar o objeto. Imaginemos a sua inabilitação destituída de razoável fundamentação, ou mesmo edital que seja



tendencioso, que exija qualificação técnica que somente uma ou poucas empresas possuam. Inabilitada a empresa, e precluído o seu direito, pela ordem de classificação logo outra empresa será chamada, apresentará a documentação conforme e erroneamente exigida pelo Edital e será adjudicada no objeto. Em pouco tempo estará assinando o contrato. Enquanto isso, os recursos administrativos, em tese, de nada valem, em vista de se ter arraigados na concepção do órgão determinados posicionamentos. Raramente o superior hierárquico a que foi dirigido o recurso administrativo fará nova fundamentação para reverter a situação do licitante. Quando este propõe ação judicial, dificilmente se concede liminar e no julgamento do mérito argumentam que o erro teria um nível inferior ao prejuízo que poderá ser ocasionado à administração se se conceder, por exemplo, o Mandado de Segurança, por meio do qual se pleiteia a adjudicação do objeto por empresa que tivesse direito líquido e certo, pois teria apresentado todos os documentos que deveriam se exigidos para a execução do objeto contratual. Além disso, não podemos esquecer que tais empresas, na maioria das vezes, possuem os mesmos contratos com outros órgãos da administração, às vezes, da mesma esfera política, que não exigiram determinada qualificação, dispensável para a execução do serviço ou venda de bens.

Assim, não somos a favor de posicionamento que diz que nem mesmo o vício do edital justificaria pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Ora, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo que seja contrário à lei, à Constituição e à razoabilidade (nesse caso, deve-se questionar).

Não podemos elevar o Edital ao posto de norma suprema da licitação. A norma suprema da licitação é a Constituição Federal, que possui preceitos e



princípios de observância obrigatória a todas as pessoas, órgãos e entidades públicas. Assim, acreditamos que a autoridade competente pode extirpar exigência ilegal e desproporcional constantes nos atos convocatórios, de ofício ou mesmo em resposta aos pedidos de esclarecimento ou impugnações, com base no poder de autotutela. Caso não o faça de ofício poderá o interessado provocar o reparo (§ 1º do art. 41). Não concordamos com a redação do § 2º do art. 41. A decadência do direito à impugnação do edital no prazo estipulado é regra limitativa do direito subjetivo ao devido procedimento licitatório. Explicamos. Em regra, os empresários não dão a importância devida ao corpo jurídico e se garantem tão somente na pessoa que ficará encarregada de preparar, organizar, estar à frente da disputa no certame. No pregão, é o pregoeiro do fornecedor. Muitas regras editalícias podem ensejar a restrição da competitividade ou mesmo o direcionamento doloso. A quebra de tais princípios não pode sofrer a punição decadencial.

Por isso, importante a análise minuciosa do Edital pelo empresário. Absurdo o entendimento de que qualquer vício deve ser objeto de imediato protesto (se ele for oculto ou obscuro, passando despercebido?) sob pena de constituir obstáculo a questionamento posterior. Não há lógica jurídica aceitar cláusulas editalícias que firam a Constituição e seus princípios, sob o argumento do cumprimento da vinculação ao instrumento convocatório. Atos dessa natureza são nulos. Não podem sofrer a restrição da decadência, ainda que ninguém os alegue, em princípio. É questão de direito e não de fato. Tal vício macula o certame desde do início. Correta a posição de Marçal Justem Filho ao prescrever que a ausência de questionamento ou de impugnação não elimina a nulidade. Não vemos a possibilidade de convalidação de vícios que firam os princípios estruturantes da licitação. Não podemos taxá-los de sanáveis. Não haveria, em princípio, vício anulável em se tratando de burla aos princípios básicos estruturantes da Administração e do Direito Licitatório.

A vinculação ao instrumento convocatório só possui efeitos quando tal instrumento tiver respaldo legal e constitucional. As Consultorias Jurídicas exercem importante papel nessa seara tecendo pareceres com ponderações e retificações (parágrafo único do art. 38 da Lei Geral de Licitação). Porém, se voltam à proteção jurídica da Administração. Significa que, como advogados, obviamente tendem à tutela do interesse da Administração. O interessado deve ater-se ao valor substancial e determinante da regra prescrita no edital. Às vezes, um mero item poderá ensejar a nulidade de todo ato convocatório. Um único item é capaz de burlar todos os princípios assecuratórios do devido processo licitatório. Presenciamos exigências editalícias que burlaram gritantemente todos os princípios constitucionais administrativos. Exemplo seria, em sentido amplo, exigência em nada relacionada com o objeto licitatório, como uma dada autorização de um dado órgão público que não se relacione com o serviço objeto da licitação. Assim, teríamos burla ao princípio da legalidade, impessoalidade, isonomia, caráter competitivo do certame etc. Vejamos que uma mera exigência é capaz de macular todo o certame. O princípio da vinculação ao edital é amplo, abrangendo vinculação às regras da Constituição, da Lei Geral da Licitação, das leis específicas relativas ao objeto licitatório, enfim, da observância do devido procedimento licitatório.

A Administração e o licitante devem verificar se o instrumento convocatório se encontra dentro da constitucionalidade e legalidade exigida. Antes da vinculação ao ato convocatório, existe a vinculação às leis e à Constituição Federal. Administração, licitantes, interessados e contratados, todos estão delimitados pelas condições presentes no instrumento convocatório, desde que este não esteja em desconformidade com os instrumentos normativos de hierarquia superior (art. 41 da Lei n. 8.666/93).

DOS POSICIONAMENTOS DOS TRIBUNAIS



Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Tribunal de Contas da União, como será a seguir demonstrado.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TRIBUNAL DE CONTAS da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que “a Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”. (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada: EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o

cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.



O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, ROMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu: ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", **este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica.** Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, **não supre a exigência do edital.** Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, **é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.**


O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288): "Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada" (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela

própria Administração, **não pode esta se furtar ao seu cumprimento**, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento”.



O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou: Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) **O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido**, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)”(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia.

Por fim, para além dos tribunais judiciais, mister trazer à baila a posição do TCU sobre a matéria aqui discutida. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada neste parecer e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005: “Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993”.



Decisões recentes reforçam essa posição do TCU, como se constata no sumário dos acórdãos a seguir transcritos: Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório **obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.**

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Desta forma percebe-se a quebra do nexo de relação entre o Edital e suas exigências e a proposta da empresa recorrida, ensejando a desvinculação ao ato convocatório. Logo, haverá quebra de referido princípio.

DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA

Conforme disposto no item 4.12 do ANEXO I (termo de referência) a empresa recorrida deveria seguir os parâmetros das Convenções Coletivas das categorias, e no caso em tela são 02 (dois) instrumentos coletivos:

<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?..>

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP001940/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/03/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR008633/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 10260.106224/2020-79
DATA DO PROTOCOLO: 02/03/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: e Registro nº:
Processo nº: e Registro nº:
Processo nº: 10260104205202199e Registro nº: SP002233/2021
Processo nº: 10260122178202055e Registro nº: SP006441/2020

SIND DAS EMPRESAS DE A E CONSERV NO EST DE SAO PAULO, CNPJ n. 62.812.524/0001-34, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMP.EM TURISMO E HOPITALIDADE DE SOROCABA, CNPJ n. 60.113.008/0001-96, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2021 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) "EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, com abrangência territorial em Águas de Santa Bárbara/SP, Angatuba/SP, Araçoiaba da Serra/SP, Avaré/SP, Botucatu/SP, Capão Bonito/SP, Capela do Alto/SP, Cerquilha/SP, Cesário Lange/SP, Conchas/SP, Coronel Macedo/SP, Guapiara/SP, Ibiúna/SP, Iperó/SP, Iporanga/SP, Itaberá/SP, Itaí/SP, Itapetininga/SP, Itapeva/SP, Itaporanga/SP, Itararé/SP, Itatinga/SP, Laranjal Paulista/SP, Mairinque/SP, Paranapanema/SP, Pardinho/SP, Pereiras/SP, Piedade/SP, Pilar do Sul/SP, Porangaba/SP, Porto Feliz/SP, Ribeirão Branco/SP, Riversul/SP, Salto de Pirapora/SP, Salto/SP, São Manuel/SP, São Miguel Arcanjo/SP, São Roque/SP, Sarapuí/SP, Sorocaba/SP, Tapiraí/SP, Taquaritinga/SP, Taquarubá/SP, Tatui/SP, Tietê/SP e Votorantim/SP.

A empresa recorrida utiliza-se de sindicato diverso.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE

Contratação de empresa para prestação dos serviços de limpeza e conservação

A - Data de apresentação da proposta
 B - Município/UF
 C - Convenção Coletiva
 D - Nº de meses de execução contratual

Identificação do Serviço

20/07/2021
 Sorocaba/ SP
 Siemaco Sorocaba
 24

1 - Tipo de serviço
 2 - Salário normativo da categoria profissional - 12x36
 3 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
 4 - Data base da categoria

Limpeza e Conservação
 R\$ 1.253,07
 Auxiliar de Limpeza
 2021-2021

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1230 (VERSO)			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SEAC/SINETUR/CCT/CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO	R\$ 1.253,07	R\$ 1.253,07	COMPATÍVEL
INSALUBRIDADE	R\$ 440,00	R\$ 440,00	COMPATÍVEL
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	93,695476%	R\$ 1.586,33	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 22,63	R\$ 22,63	COMPATÍVEL
CESTA BASICA	R\$ 115,72	R\$ 115,72	COMPATÍVEL
VALE REFEIÇÃO (365 dias/12 meses/2 = 15,20 dias)	R\$ 252,47	R\$ 232,50	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ 13,09	COMPATÍVEL
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,74	R\$ 9,74	COMPATÍVEL
BENEFICIO NATALIDADE	R\$ 3,93	R\$ 3,93	COMPATÍVEL
AUXILIO SAUDE (ASSISTENCIA MEDICA AMBULATORIAL)	R\$ 28,00	R\$ 28,00	COMPATÍVEL
DIA DO TRABALHADOR	R\$ 1,38	R\$ 1,38	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (365 dias/12 meses = 30,41 dias)	R\$ 104,18	R\$ 75,42	INCOMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 7,78	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 45,90	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 7,40	R\$ 10,00	COMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou sindicato diverso da abrangência territorial, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.

A empresa recorrida apresenta tributação de impostos federais incompatíveis com o regime tributário.

A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

Valor Total por Empregado		5.242,29
3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
A	Valor Mensal Total por Empregado	5.242,29
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho	8
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho	41.938,35
D	Valor Global (24 meses)	1.006.520,37

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1232 - 21 funcionários			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SEAC/SINETUR/CCT/CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO	R\$ 1.253,07	R\$ 1.253,07	COMPATÍVEL
INSALUBRIDADE	R\$ -	R\$ -	COMPATÍVEL
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	121,472860%	R\$ 1.522,14	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 22,63	R\$ 22,63	COMPATÍVEL
CESTA BASICA	R\$ 115,72	R\$ 115,72	COMPATÍVEL
VALE REFEIÇÃO (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 348,81	R\$ 341,00	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ 13,09	COMPATÍVEL
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,74	R\$ 9,74	COMPATÍVEL
BENEFICIO NATALIDADE	R\$ 3,93	R\$ 3,93	COMPATÍVEL
AUXILIO SAUDE (ASSISTENCIA MEDICA AMBULATORIAL)	R\$ 28,00	R\$ 28,00	COMPATÍVEL
DIA DO TRABALHADOR	R\$ 1,38	R\$ 1,38	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 172,62	R\$ 184,42	COMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 7,78	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 45,90	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 7,40	R\$ 10,00	COMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou a proposta de preços com 21 funcionários, posto que o mínimo é de 46 postos de trabalho, descumprindo o ANEXO E do termo de referência;

A empresa recorrida apresentou sindicato diverso da abrangência territorial, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.

A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
A	Valor Mensal Total por Empregado	4.601,62
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho	21
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho	96.634,02
D	Valor Global (24 meses)	2.319.216,59

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1233 - 1 funcionário (20 horas semanais)			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SEAC/SINETUR/CCT/CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO			INCOMPATÍVEL
INSALUBRIDADE			INCOMPATÍVEL
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)			INCOMPATÍVEL
PLR			INCOMPATÍVEL
CESTA BASICA			INCOMPATÍVEL
VALE REFEIÇÃO (média de 21 dias úteis no ano)			INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE			INCOMPATÍVEL
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR			INCOMPATÍVEL
BENEFICIO NATALIDADE			INCOMPATÍVEL
AUXILIO SAUDE (ASSISTENCIA MEDICA AMBULATORIAL)			INCOMPATÍVEL
DIA DO TRABALHADOR			INCOMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)			INCOMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07			INCOMPATÍVEL
UNIFORMES			INCOMPATÍVEL
EPIS			INCOMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS			INCOMPATÍVEL
MATERIAIS			INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)			INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)			INCOMPATÍVEL
ISSQN			INCOMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou proposta de preços para posto de trabalho que não consta no edital, descumprindo o item 11.6 do termo de referência.

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1238 - 2 funcionários			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SEAC/SINETUR/CCT/CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO	R\$ 1.417,42	R\$ 1.417,42	COMPATÍVEL
PERICULOSIDADE	R\$ -	R\$ 425,23	COMPATÍVEL
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	101,170590%	R\$ 1.864,22	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 22,63	R\$ 22,63	COMPATÍVEL
CESTA BASICA	R\$ 115,72	R\$ 115,72	COMPATÍVEL
VALE REFEIÇÃO (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 348,81	R\$ 341,00	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ 13,09	COMPATÍVEL
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,74	R\$ 9,74	COMPATÍVEL
BENEFICIO NATALIDADE	R\$ 3,93	R\$ 3,93	COMPATÍVEL
AUXILIO SAUDE (ASSISTENCIA MEDICA AMBULATORIAL)	R\$ 28,00	R\$ 28,00	COMPATÍVEL
DIA DO TRABALHADOR	R\$ 1,38	R\$ 1,38	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 162,75	R\$ 149,04	INCOMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 7,78	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 45,90	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 7,40	R\$ 10,00	COMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou a proposta de preços com 2 funcionários, posto que o mínimo é de 3 postos de trabalho, descumprindo o ANEXO E do termo de referência;

A empresa recorrida apresentou sindicato diverso da abrangência territorial, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.



A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA			
A	Valor Mensal Total por Empregado		5.759,84
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho		2
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho		11.519,68
D	Valor Global (24 meses)		276.472,27

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1239 (VERSO) - 2 funcionários			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SEAC/SINETUR/CCT/CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO	R\$ 1.410,23	R\$ 1.410,23	COMPATÍVEL
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	114,401906%	R\$ 1.613,33	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 22,63	R\$ 22,63	COMPATÍVEL
CESTA BASICA	R\$ 115,72	R\$ 115,72	COMPATÍVEL
VALE REFEIÇÃO (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 348,81	R\$ 341,00	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ 13,09	COMPATÍVEL
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,74	R\$ 9,74	COMPATÍVEL
BENEFICIO NATALIDADE	R\$ 3,93	R\$ 3,93	COMPATÍVEL
AUXILIO SAUDE (ASSISTENCIA MEDICA AMBULATORIAL)	R\$ 28,00	R\$ 28,00	COMPATÍVEL
DIA DO TRABALHADOR	R\$ 1,38	R\$ 1,38	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 163,19	R\$ 174,99	COMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 7,78	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 45,90	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 7,40	R\$ 10,00	COMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou sindicato diverso da abrangência territorial, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.

A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
A	Valor Mensal Total por Empregado	5.759,84
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho	2
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho	11.519,68
D	Valor Global (24 meses)	276.472,27

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1241 - 1 funcionário			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SEAC/SINETUR/CCT/CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO	R\$ 1.692,28	R\$ 1.692,28	COMPATÍVEL
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	105,005082%	R\$ 1.776,98	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 22,63	R\$ 22,63	COMPATÍVEL
CESTA BASICA	R\$ 115,72	R\$ 115,72	COMPATÍVEL
VALE REFEIÇÃO (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 348,81	R\$ 341,00	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ 13,09	COMPATÍVEL
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,74	R\$ 9,74	COMPATÍVEL
BENEFICIO NATALIDADE	R\$ 3,93	R\$ 3,93	COMPATÍVEL
AUXILIO SAUDE (ASSISTENCIA MEDICA AMBULATORIAL)	R\$ 28,00	R\$ 28,00	COMPATÍVEL
DIA DO TRABALHADOR	R\$ 1,38	R\$ 1,38	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 146,26	R\$ 158,06	COMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 7,78	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 45,90	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 7,40	R\$ 10,00	COMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou a proposta de preços com 1 funcionário, posto que o mínimo é de 4 postos de trabalho, descumprindo o ANEXO E do termo de referência;

A empresa recorrida apresentou sindicato diverso da abrangência territorial, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE	
Contratação de empresa para prestação dos serviços de limpeza e conservação	
A - Data de apresentação da proposta	20/07/2021
B - Município/UF	Sorocaba/ SP
C - Convenção Coletiva	Siemaco Sorocaba
D - Nº de meses de execução contratual	24
Identificação do Serviço	
1 - Tipo de serviço	Limpeza e Conservação
2 - Salário normativo da categoria profissional - 44 horas semanais	R\$ 1.692,28
3 - Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
4 - Data base da categoria	2021-2021

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.

A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
A	Valor Mensal Total por Empregado	5.464,45
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho	1
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho	5.464,45
D	Valor Global (24 meses)	131.146,91

A empresa recorrida NÃO apresentou em sua proposta de preços:

PLANILHA DE CUSTOS DETALHADA, descumprindo o item 14.2 do termo de referência;

EQUIPE VOLANTE, descumprindo o item 2.3 do termo de referência;

CUSTO DETALHADO DOS MATERIAIS DE LIMPEZA, descumprindo o item 14.2 e ANEXO B, ambos do termo de referência;

CUSTO DETALHADO DOS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS, descumprindo o item 14.2 e ANEXO C, ambos do termo de referência;

ACÚMULO DE FUNÇÕES PARA OS CARGOS DE LÍDER E ENCARREGADO, descumprindo o item 2.3.3 do termo de referência.

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Página 1 de 17

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP006862/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/08/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR024270/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.110119/2021-62
DATA DO PROTOCOLO: 23/07/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIEMACO-SP - SINDICATO TRABALHADORES EMPRESAS PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSEIO E CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA DE SP, CNPJ n. 62.653.233/0001-40, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE MANUTENCAO E EXECUCAO DE AREA, CNPJ n. 86.825.536/0001-61, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1235 - 2 funcionários			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SIEMACO/SINDVERDE/FEMACO/CCT /CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA Serviços Técnicos
SALÁRIO	R\$ 1.341,65	R\$ 1.271,71	INCOMPATÍVEL
INSALUBRIDADE	R\$ 268,33	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	104,969687%	R\$ 1.334,91	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 40,12	R\$ 40,12	COMPATÍVEL
CESTA BASICA/AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 305,30	R\$ 288,02	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ -	INCOMPATÍVEL
SEGURO DE VIDA	R\$ 12,34	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,31	R\$ 9,31	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 167,30	R\$ 183,80	COMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 8,59	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 51,98	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 81,68	R\$ 10,00	INCOMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou sindicato da categoria **DESATUALIZADO**, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida apresentou salário normativo abaixo do mínimo previsto na CCT, descumprindo o ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não apresentou o percentual da insalubridade de 20% nos termos da CCT, descumprindo o ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida apresentou a proposta de preços com 2 funcionários, posto que o mínimo é de 3 postos de trabalho, descumprindo o ANEXO E do termo de referência;

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.

A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA

A	Valor Mensal Total por Empregado	5.759,84
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho	2
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho	11.519,68
D	Valor Global (24 meses)	276.472,27

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RECORRIDA			
PLANILHA FLS. 1236 (verso) - 2 funcionários			
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO REAL OU PRESUMIDO			
	SIEMACO/SINDVERDE/FEMACO/CCT /CADTERC	RCA	JUSTIFICATIVA
SALÁRIO	R\$ 1.280,28	R\$ 1.213,54	INCOMPATÍVEL
INSALUBRIDADE	R\$ 256,06	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
ENCARGOS (67,7030% A 74,9532%)	107,220199%	R\$ 1.301,16	COMPATÍVEL
PLR	R\$ 40,12	R\$ 40,12	COMPATÍVEL
CESTA BASICA/AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 305,30	R\$ 288,02	INCOMPATÍVEL
AUXILIO CRECHE	R\$ 10,29	R\$ -	INCOMPATÍVEL
SEGURO DE VIDA	R\$ 12,34	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
BENEFICIO SOCIAL FAMILIAR	R\$ 9,31	R\$ 9,31	COMPATÍVEL
VALE TRANSPORTE (média de 21 dias úteis no ano)	R\$ 170,98	R\$ 186,79	COMPATÍVEL
NORMA REGULAMENTADORA Nº 07	R\$ 8,59	R\$ -	VALOR NÃO CONSTANTE
UNIFORMES	R\$ 51,98	R\$ 35,00	INCOMPATÍVEL
EPIS	R\$ 81,68	R\$ 10,00	INCOMPATÍVEL
EQUIPAMENTOS	ANEXO C não discriminado	R\$ 154,56	INCOMPATÍVEL
MATERIAIS	ANEXO B não discriminado	R\$ 833,33	INCOMPATÍVEL
TRIBUTOS			
PIS (SE PRESUMIDO 0,65% // SE REAL 1,65%)	0,65% OU 1,65%	0,90%	INCOMPATÍVEL
COFINS (SE PRESUMIDO 3,00% // SE REAL 7,60%)	3,00% OU 7,60%	4,16%	INCOMPATÍVEL
ISSQN	2% A 5%	5,00%	COMPATÍVEL

A empresa recorrida apresentou sindicato da categoria **DESATUALIZADO**, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida apresentou salário normativo abaixo do mínimo previsto na CCT, descumprindo o ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não apresentou o percentual da insalubridade de 20% nos termos da CCT, descumprindo o ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida apresentou a proposta de preços com 2 funcionários, posto que o mínimo é de 3 postos de trabalho, descumprindo o ANEXO E do termo de referência;

A empresa recorrida não contemplou todos os benefícios previstos na CCT da categoria, descumprimento do item 4.12, ANEXO I, termo de referência.

A empresa recorrida não discriminou de forma detalhada os custos com equipamentos e materiais, conforme ANEXO B e ANEXO C do ANEXO I.

A empresa recorrida discrimina em sua proposta “serviços de vigilância”:

valor total por empregado		4.910,36
3. VALOR MENSAL POR POSTO DE TRABALHO - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA		
A	Valor Mensal Total por Empregado	4.910,36
B	Quantidade de Empregados por Posto de Trabalho	2
C	Valor Mensal do Posto de Trabalho	9.820,72
D	Valor Global (24 meses)	235.697,26

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Assim é que se REQUER a essa respeitável Comissão de Licitação que julgou como vencedora a empresa RCA SERVIÇOS DE LIMPEZA AMBIENTAL LTDA EPP, reconheça sua proposta como ILEGAL, com a consequente desclassificação, por apresentar proposta completamente fora dos padrões exigidos no edital e anexos. Não sendo reconsiderada a decisão, REQUER se digne Vossa Senhoria em fazer a remessa do presente recurso à autoridade

que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento para que, diante do risco de não cumprimento do objeto licitado.



Iperó/SP, 04 de agosto de 2021.

Silvio José Diego Andrade

Sócio administrador

RG nº ■■■446.977■■■e CPF nº ■■■.335.078■■■

GOLDEN SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS LTDA

CNPJ 11.917.008/0001-33

